

2020

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONSTRUÇÃO DE
ACADEMIA DE
SAÚDE DA
MODALIDADE
INTERMEDIÁRIA NO
POVOADO
MATA LIMPA**

LAGOA DA CANOA/AL

TERMO DE REFÊRENCIA

1.0 – PRELIMINARES

As especificações contidas nesse documento têm por objetivo fixar as condições gerais a serem obedecidas no processo, apresentar normas de execução dos serviços e qualidade e aplicação dos materiais que serão utilizados. Cabendo à CONTRATADA obedecê-las rigorosamente, bem como ao projeto em planta, detalhes construtivos e demais especificações anexas.

2.0 – OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa especializada de engenharia para executar a construção de uma academia de saúde da modalidade intermediária no Povoado Mata Limpa, na cidade de Lagoa da Canoa/AL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 2.2 Os itens, quantidades, descrições e locações estão no Projeto Básico e demais anexos deste Termo de Referência.
- 2.3 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 2.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 2.5. O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Ordem de Serviço.

3.0 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A execução da obra visa estruturar o município com um local adequado para práticas de educação em saúde, aumento do nível de atividade física da população e promoção da mobilização comunitária com a constituição de redes sociais de apoio e ambientes de convivência, melhorando assim a qualidade de vida da população da zona rural de Lagoa da Canoa/AL.

4.0 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, às normas em vigor da ABNT e Concessionárias de Serviços Públicos. Na ausência das normas supramencionadas, aplicar-se-ão, no caso de materiais e equipamentos, aquelas prescritas pelo fabricante.
- 4.2 A utilização de materiais e equipamentos será de primeira qualidade, bem como será empregada a mais apurada técnica na execução das obras, nos termos fixados pelos elementos técnicos fornecidos, os quais deverão ser sempre submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- 4.3 Não será admitida a aplicação de materiais e/ou equipamentos usados ou diferentes dos especificados, exceto os autorizados por estas especificações e/ou pela FISCALIZAÇÃO.
- 4.4 Todos os equipamentos, materiais e providências que, porventura, demandem maior tempo para instalação, deverão ser providenciados pela CONTRATADA em tempo hábil, visando não acarretar descontinuidade na evolução da obra, em qualquer de suas etapas.
- 4.5 Quando existirem razões ponderáveis e relevantes para substituição de determinado material ou equipamentos aqui especificados por outro, a CONTRATADA deverá apresentar, por escrito, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, a solicitação de substituição, com todos os motivos que determinaram a solicitação. A substituição somente será efetivada se aprovada pela FISCALIZAÇÃO, se não implicar em ônus adicionais e se resultar em melhoria técnica ou equivalência comprovada, a critério da FISCALIZAÇÃO.
- 4.6 A forma de apresentação destas especificações e demais elementos fornecidos não poderão ser alegados, sob qualquer pretexto, como motivo de entendimento parcial ou incompleto por parte dos licitantes, visto que o Setor de Engenharia do Município estará à disposição dos interessados para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
- 4.7 As taxas eventualmente cobradas pelas concessionárias de serviços públicos (água, esgoto, luz, telefone, etc.), a título de regularização das instalações provisórias ou definitivas, serão consideradas encargos da CONTRATADA.

- 4.8 A execução de obras e serviços por empresas subcontratadas não excluem, em qualquer hipótese, a responsabilidade da CONTRATADA, visto que, perante a FISCALIZAÇÃO, a mesma será a única responsável pelas obras e serviços.

5.0 – PROCEDÊNCIA DOS CASOS

- 5.1 Em caso de divergências entre as cotas dos projetos e suas dimensões em escala, prevalecerão os primeiros.
- 5.2 Em caso de divergência entre as especificações e os demais projetos, a FISCALIZAÇÃO deverá ser consultada.
- 5.3 Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto, sem aprovação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO. Em caso de dúvida quanto à interpretação dos projetos ou destas especificações, a FISCALIZAÇÃO deverá ser consultada.

6.0 – ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

- 6.1 A CONTRATADA deverá manter na obra um preposto seu, com conhecimentos que lhe permitam conduzir com perfeição a execução de todos os serviços, projetos e especificações da obra. Além disso, deverá manter permanentemente atualizado 1 (um) Livro de Ocorrências para anotações diárias da obra.

7.0 – CONTRATAÇÃO

- 7.1 Deverá atender aos dispositivos na lei nº 8.666/93 e acórdãos do TCU.

8.0 – UNIDADE REQUERENTE DO PROJETO E LOCAL DE EXECUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA CANOA/AL

Os serviços serão executados na zona rural do Município de Lagoa da Canoa/AL, nas dependências na UBS do Povoado Mata Limpa. As coordenadas geográficas aproximadas do local são: (-9.770440, -36.743958) / (9°46'13.6"S 36°44'38.3"W).

9.0 – VISTORIA

- 9.1 Será facultado às empresas interessadas ou seus representantes legais, devidamente identificados, vistoriar o local de execução dos serviços. Embora não seja obrigatória a visita ao local da obra, é recomendável que a CONTRATADA realize a vistoria antes de apresentar a sua proposta de preços, pois não serão aceitas quaisquer alegações posteriores por desconhecimento das condições existentes.

10.0 – REFERÊNCIAS DE CUSTO E BDI

- 10.1 O valor estimado para a execução dos serviços é de R\$ 139.435,05 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinco centavos).
- 10.2 A planilha orçamentária foi elaborada com base no SINAPI (dezembro/2019) e ORSE (dezembro/2019).
- 10.3 O BDI utilizado foi **NÃO-DESONERADO** de **23,30% para os serviços** e de **15,99% para os equipamentos**.

11.0 – PRAZO DE VIGÊNCIA

- 11.1 Os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de 60 (SESSENTA dias) consecutivos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE.
- 11.2 Qualquer interrupção necessária deverá ser comunicada por escrito as partes devidamente justificadas.

12.0 – ADITIVOS

- 12.1 O Contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários na presente obra até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global atualizado do Contrato, obedecendo-se as condições inicialmente

previstas. Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os CONTRATANTES.

12.3 A diferença percentual entre o valor global estimado pela Administração e o valor contratado é chamado de “desconto”, este será aplicado no aditivo aos itens que não constarem na planilha inicial. Os itens aditivados e que já constam na planilha inicial seguirá os mesmos preços unitários.

12.4 A participação na presente licitação implica a concordância com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro Contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

13.0 – REAJUSTE

13.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1 Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.3 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

- 13.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

14.0 – RESPONSABILIDADE

- 14.1 O engenheiro e/ou o arquiteto responsável pela execução da obra deverá emitir ART (de acordo com as resoluções do CREA do estado de registro do profissional), no caso de engenheiro, e RRT (de acordo com as resoluções do CAU/BR, no caso de arquiteto. A ART/RRT deverá ser apresentada à FISCALIZAÇÃO antes do início da obra, juntamente com o comprovante de pagamento da mesma.

15.0 – DA GARANTIA

- 15.1 A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de 05 (cinco) anos por qualquer patologia que vier a surgir no produto final e que comprovadamente estiverem relacionados, tanto à má execução dos serviços, quanto a empregabilidade de materiais inadequados, contando da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, de acordo com o artigo 73, b, da Lei nº 8.666/93.

16.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1 Manter engenheiro residente no local da obra com registro no CREA como responsável técnico pela execução da obra, que assuma perante a FISCALIZAÇÃO a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária.
- 16.2 Providenciar, alvarás, registros, licenças, junto à prefeitura, CREA/AL, CEI do INSS e outros órgãos institucionais para os quais se faça exigências. Manter diário de obras atualizado, onde será assinado nos dias de visita pela FISCALIZAÇÃO.
- 16.3 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere

ao pessoal alocado no objeto do Contrato.

- 16.4 Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, até o recebimento definitivo da obra.
- 16.5 Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive os resultantes de acidentes no trabalho e incêndios.
- 16.6 Retirar do local os resíduos de serviços e providenciar bota-fora.
- 16.7 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 16.8 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 16.9 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato.
- 16.10 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 16.11 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de operação.
- 16.12 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local dos serviços.

17.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, destas especificações e dos termos de sua proposta.
- 17.2 Exercer o acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 17.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 17.4 No que se refere ao local da obra, este deverá estar sem impedimentos para execução dos serviços. Além de que, a construção de uma quadra existente atualmente no local, deverá ser demolida e os entulhos retirados antes da assinatura da Ordem de Serviço.

18.0 – DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA NO TRABALHO

- 18.1 Fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR – 6 Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução, e exigir que seja usado.

19.0 – DAS RESPONSABILIDADES SOBRE O SERVIÇO

- 19.1 Executar obrigatoriamente todo e qualquer serviço mencionado nos documentos que venham a integrar o Contrato (plantas, cortes, fachadas, detalhes, memorial, especificações, planilhas, mídia digital, etc.).
- 19.2 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos pela CONTRATANTE, comunicando a esta, qualquer irregularidade, incorreção ou

discrepância que desaconselhe ou impeça a sua execução. A não observância destes dispositivos transferirá à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo funcionamento e instabilidade do produto concluído.

20.0 – FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1 Os serviços serão fiscalizados por um engenheiro civil ou um arquiteto do quadro da CONTRATANTE. Cabendo à FISCALIZAÇÃO:

20.1.1 Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, explicações, justificativas e documentos necessários a perfeita execução dos serviços.

20.1.2 Fiscalizar a execução dos serviços e atestar medições e recebimento definitivo, preencher diários de obras com observações que julgar necessário e assinar todo o diário elaborado pela CONTRATADA.

20.1.3 Notificar a CONTRATADA, caso necessário, sendo por escrito toda e qualquer comunicação que afete a execução da obra.

20.1.4 Dirimir dúvidas de quaisquer projetos/serviços.

20.1.5 Intervir junto a administração para resolução de problemas relacionadas a obra.

20.1 A Nota Fiscal será assinada pela FISCALIZAÇÃO após a entrega pela CONTRATADA dos documentos requeridos: ART, CEI, ALVARÁ e certidões do INSS, FGTS, RECEITA.